

Negociação não Avança e Governo atrela reajuste à Previdência Municipal



Não houve avanço na reunião de negociação da Campanha Salarial 2019, entre o STMC, a CPN e a Prefeitura, realizada no dia 28 de Maio. Uma nova reunião foi marcada para o dia 18 de Junho, por isso, a entidade sindical convoca todos os servidores a participarem da Assembleia a ser realizada às 17h, primeira chamada, e às 17h30, segunda chamada, no Paço Municipal.

Durante a reunião do dia 28 de Maio, o Governo atrelou a Campanha Salarial 2019 a Reestruturação do CAMPREV no que refere aos fundos financeiros e previdenciários e à aprovação do Projeto de Lei do Refis

(Programa de Regularização Fiscal de Campinas).

Segundo o CAMPREV, a folha bruta dos aposentados/as e pensionistas é de R\$699 milhões e a arrecadação, em 2018, por exemplo, foi cerca de R\$ 218 milhões, ou seja, houve um déficit de R\$ 480 milhões que precisou ser coberto pela Prefeitura.

A expectativa do Governo de Campinas é conseguir repassar novamente esses valores em 2019, através de algumas arrecadações. Somente com o Refis, por exemplo, espera-se arrecadar cerca de R\$ 130 milhões, o que será usado a partir do mês de Agosto. Por todos esses motivos o representante do Governo e responsável pela Secretaria de Relações Institucionais, Wanderley de Almeida, afirmou que até aquele momento não havia como propor um avanço rápido na Campanha Salarial e que seria necessário esperar.

"Não é intenção do governo não fazer nada e temos que ser transparentes, todos precisam ficar cientes disso. O impacto do que vai ser negociado com o reajuste será sentido no futuro. Por isso, também, não temos condições de avanço. Se houver reajuste não haverá pagamento, não adianta fazer negociação agora, precisamos de tempo", disse Wanderley.

O coordenador do STMC, Jadirson Tadeu Cohen Paranatinga, disse que a **categoria não aceitará um não** e que essa situação precisa ser solucionada.

"Começamos uma campanha salarial e queremos ter êxito. Estamos acompanhando a situação do país, mas nada pode ser empecilho, obstáculo, para o servidor público. Não podemos aceitar a retirada de direitos. O reajuste é um direito do servidor!", disse Paranatinga.

Arbitrariedade de Marcos Pimenta leva STMC a se reunir com servidores/as da UPA São José; mudança de jornada contradiz Lei Municipal

A Direção do STMC se reuniu, novamente, em 06/06), com os servidores da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) São José para apurar, dar ciência, andamentos e orientações jurídicas às demandas sobre as questões que envolvem assédio moral, perda de direitos e vantagens, além de adoecimento mental.

Em razão da reorganização administrativa da Rede Dr. Mario Gatti, os gestores da autarquia vem exigindo dos servidores/as cedidos pela Prefeitura Municipal de Campinas, a alteração de jornada de trabalho para a cobertura de plantões na qual há falta de recursos humanos. Servidores/as da UPA e da UBS (Unidade Básica de Saúde) estão fazendo plantões em forma de horas extras, levando-os as perdas de ordem financeira, de rotina e de saúde mental.

Segundo a apuração da direção do STMC, o preenchimento das escalas de serviço é impossível porque existe um grande déficit de profissionais de enfermagem (auxiliares de enfermagem) e, por isso, os gestores estariam impondo essas alterações de jornada.

Com a publicação da Lei 191/2018 referente à “Rede Dr. Mário Gatti”, criou-se a expectativa de que os problemas, como a falta de Recursos Humanos e gestão, fossem resolvidos ou mitigados mas, cerca de um ano depois da implantação da Rede, ainda não há um quadro próprio de funcionários e nem dotação orçamentária.

O artigo 13 desta Lei, evidencia que os servidores/as cedidos pelo município não poderão sofrer com nenhum tipo de perda: “Até que seja implementado o quadro de servidores da autarquia, os servidores atualmente em exercício junto às unidades que passam a integrar a Rede Municipal Mário Gatti serão cedidas pelo município de Campinas, sem prejuízo de seus vencimentos, vantagens de qualquer natureza ou benefícios a qualquer título”, no entanto, o Presidente da Rede, Marcos Pimenta, não respeita os trabalhadores. Sendo assim, o STMC tomará todas as medidas legais cabíveis para que todos os atos apurados nas reuniões realizadas com os servidores/as, como coação, perseguição e assédio moral, sejam apurados e seus responsáveis sejam devidamente responsabilizados.

Para a direção do STMC, tal conduta dos gestores estaria causando não somente prejuízos financeiros, mas também danos psicológicos aos servidores/as, além de deixar a população numa situação de descaso.

ASSEMBLEIA GERAL CONVOCAÇÃO

Dia: 18/06

**Horários:
Primeira chamada às 17h;
segunda chamada às 17h30.**

Local: Paço Municipal



STMC Campanhas e Lutas



@INSTASTMC



(19) 98396-4261



@STMCAMPINAS